

Voto de não brancos em Trump revela armadilha do identitarismo

Maria Cristina Fernandez

Valor, 13/11/2020

As chances de reconciliação nacional são proporcionais à capacidade de a dupla Biden-Harris reverter a curva da desigualdade crescente nos EUA

O presidente Donald Trump chegou a bloquear o orçamento federal com sua obsessão pelo muro na fronteira com o México, recusou-se a condenar supremacistas brancos que saíram às ruas em defesa de policiais que matam negros e acusou a China de ter espalhado o coronavírus mundo afora. Nada disso impediu que ele tivesse, em relação à eleição de 2016, uma votação proporcionalmente maior entre “não brancos”, categoria de 35% do eleitorado na qual os americanos incluem latinos, negros e asiáticos.

Não há dúvida de que o apoio a Trump seja minoritário nesses grupos. O que surpreende é que, ao longo do governo, tenha aumentado. Trata-se de uma estimativa, registro imperativo visto que os institutos americanos continuaram errando nesta campanha, com a superestimativa da “onda azul” de Joe Biden. Os números, porém, vêm da pesquisa que monopoliza a boca urna da eleição (Edison Research for the National Election Pool), menos sujeita a derrapagens. E mostraram que foi a melhor votação republicana entre os “não brancos” dos últimos 60 anos, a despeito de Kamala Harris, a vice de ascendência jamaicana e indiana, escolhida por Joe Biden.

Tome-se o eleitorado negro, por exemplo. Em 2016, Trump só conseguiu 8% de seus votos. Em 2020, depois da comoção mundial provocada pela morte de George Floyd e de todo o vigor do “Black Lives Matter”, o presidente chegou a 12% da preferência desses eleitores.

Entre os latinos, a maior das comunidades “não brancas” do país, não houve um aumento tão expressivo, mas Trump chegou a um terço do eleitorado. Foi vitorioso em condados icônicos como, por exemplo, o de Zapata, no Texas, onde a população é 95% hispânica.

Ao longo de seu governo, o presidente pouco fez para reverter o histórico de homofobia e misoginia. Ainda assim, a proporção LGBT do seu eleitorado dobrou desde 2016, alcançando 28%. A campanha republicana também foi bem-sucedida em blindá-lo junto às mulheres. Com um ligeiro aumento, dentro da margem de erro da pesquisa, Trump conquistou 43% de suas preferências.

As chances de Joe Biden enfrentar, com sucesso, as bases do populismo autoritário de Trump se devem, em grande parte, à compreensão desse fenômeno. Dois dias depois da eleição, dois colunistas do “The New York Times”, Charles M. Blow e David Brooks, assumiram as duas pontas do debate. Blow, que prepara um livro sobre a história do movimento negro, mostrou-se inconformado: “Algumas pessoas que têm sido historicamente oprimidas se colocam lado a lado com seus opressores e aspiram o poder pela proximidade.”

Brooks, que começou a sacudir suas convicções conservadoras a partir da emergência de Barack Obama na política, buscou uma explicação: “Eleitores nem sempre são sábios, mas frequentemente são decifráveis. Eles sabem mais sobre suas próprias vidas do que nós em nossas bolhas de informação.” No artigo, Brooks sugere que o Partido Republicano, menos avesso a subsídios salariais e industriais, tanto amenizou a postura nos últimos anos, quanto foi bem-sucedido em apelar às responsabilidades individuais, ao pequeno negócio e ao crescimento econômico. E foi isso, argumentou, que o desempenho de Trump no eleitorado não branco, mostrou - um futuro multirracial e fincado na base trabalhadora.

Entre um e o outro há um oceano de generalizações que embaçam o desempenho de Trump entre esses eleitores. O primeiro deles é o que considera latinos ou negros como comunidades homogêneas. Historicamente latinos tendem a votar mais no Partido Democrata do que no Republicano, mas as comunidades cubanas e venezuelanas do sul dos Estados Unidos podem ter sido mais suscetíveis ao apelo anti-comunista de Trump do que a comunidade latina em geral, afetada por suas ameaças de rever a cidadania de filhos de imigrantes nascidos no país e sua recusa em regularizar a situação de 2,5 milhões de crianças que ingressaram ilegalmente nos Estados Unidos com seus pais e chegaram à vida adulta sem reconhecimento legal.

Em artigo publicado no site “Five-thirty-eight”, Nathaniel Rakich e Amelia Thomson-DeVeaux repudiam a expressão “voto latino”. Sustentam que a preferência desses eleitores pelo Partido Democrata é inversamente proporcional ao tempo de moradia das famílias no país. Aquelas que moram nos EUA há pelo menos três gerações são mais propensas a votar nos Republicanos do que os nascidos fora do país ou os filhos de imigrantes, porque mais ricos e integrados na sociedade americana.

De todos os matizes, o voto negro parece ter sido, de fato, o mais cristalino. Na pesquisa, a “desigualdade racial” foi apontada como a razão de voto de 91% dos eleitores (de Biden), à frente dos 82% (também de Biden) que apontaram a pandemia e dos 82% (de Trump) que indicaram ter motivado seu voto pela economia.

Os “Estados Divididos da América”, no entanto, o foram muito mais pela renda do que pelas questões identitárias. Com Biden, aumentou a preferência pelo

Partido Democrata daqueles que ganham até US\$ 50 mil mensais, mas a fatia dos eleitores de Trump nesta faixa de renda (42%) é maior do que sua pontuação junto a quaisquer das minorias relacionadas pela pesquisa. A única mudança significativa, de 2016 para cá, nas divisões por renda, é que o relativo equilíbrio dos mais ricos entre os dois partidos ficou mais desbalanceado pró-Trump.

Nem sempre foi assim. Em sua história dos EUA, “Estas Verdades” (Intrínseca, 2020), Jill Lapore, situa o início dos anos 70 como aquela em que o Partido Democrata começou a abandonar os trabalhadores da agricultura e da indústria, especialmente homens brancos, em favor de uma coalizão de mulheres e minorias em parceria com a nascente “indústria do conhecimento” do Vale do Silício.

A despeito de fomentada pelo Estado, esta indústria desaguou nas formação dos grandes conglomerados tecnológicos que acabariam por se tornar os grandes financiadores do partido. Ante à revolução nos hábitos dos consumidores, provocadas pelos novos aliados do Partido Democrata, se contrapuseram os trabalhadores diretamente afetados por esta indústria que, décadas depois, acabariam por encontrar guarida em Trump.

Essa mutação de gene aconteceu justamente na década em que a desigualdade de renda se instalou numa progressão sem volta na sociedade americana. Pressionados pelas mudanças culturais da década de 1960, os partidos contornaram o aumento da desigualdade e optaram por instrumentalizar a luta pela igualdade de direitos das mulheres e pela defesa das minorias.

O Partido Democrata instituiu cotas para mulheres, minorias e jovens, mas não para trabalhadores - sindicalizados ou não. Até então, conta Jill Lapore, o tema dos direitos das mulheres e o planejamento familiar engajava mais os republicanos. Tanto que as mulheres votaram no partido, de 1920, quando se tornaram eleitoras, até a eleição do democrata Jimmy Carter, em 1977. É desta data também o manifesto de um coletivo de feministas lésbicas de Massachusetts que marca o tom do identitarismo: “As políticas mais profundas e potencialmente mais radicais vêm diretamente de nossa própria identidade, e não do trabalho para acabar com a opressão dos outros.”

Foi a questão feminista dos anos 1970 também que levou ex-secretária de Estado, Hillary Clinton, que iniciou sua militância como republicana, a migrar sua filiação partidária. Para combater a guerra cultural desencadeada pela ascensão ao poder da geração de 1960, representada pelo casal, a campanha de Bill Clinton criou a expressão “É a economia estúpido”. Ao final de seu governo, conta Jill Lapore, o desemprego era de 4% e os EUA eram responsáveis por um quarto da produção mundial, mas os americanos sem educação superior tinham um salário estagnado ou em queda.

Àquela altura, porém, o país, incapaz de superar as disputas identitárias entre democratas e republicanos, já havia perdido a guerra. No governo Clinton, o encarceramento em massa, facilitado por leis de endurecimento penal, cresceu. Aliás a única menção de Biden em “Essas Verdades” o identifica como o líder, na bancada do Partido Democrata no Senado, ao longo do governo Clinton, de mudanças legislativas que favoreceram o encarceramento e dividiram o movimento negro.

Depois de 20 anos, Biden chegará à Casa Branca derrotando um presidente republicano que manipulou a guerra cultural entre desamparados para se tornar a maior ameaça contemporânea à democracia. Teve ao seu lado uma vice carismática com histórico de promotora “linha dura” num país que tem 4% da população mundial e 22% dos encarcerados e onde é cinco vezes mais provável que um negro vá parar na cadeia do que um branco.

As chances da reconciliação nacional mencionada por Biden em seu discurso de vitória são proporcionais à capacidade de a dupla Biden-Harris reverter a curva da desigualdade crescente do país. O otimismo de investidores com as perspectivas de que o Congresso venha a vetar um pacote mais robusto de ajuda aos desempregados da pandemia ou um aumento de impostos dos mais ricos mostra, no entanto, que a fervura deste caldeirão ainda vai demorar a baixar.

Foram as insatisfações decorrentes dos avanços e dos recuos da histórica conquista do poder por Obama que desencadearam o fenômeno Trump. Ainda que os problemas que o presidente americano venha a enfrentar na Justiça o impeçam de tentar voltar em 2024, um novo desencanto pode ser capaz de encontrar outros personagens para reencarnar o aleijão democrático que os americanos mandaram de volta pra casa.

Maria Cristina Fernandes, jornalista do Valor, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br